

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 050, DE 26 DE AGOSTO DE 2022.

Ratifica a Resolução nº 8/2022 de, 29 de abril de 2022, que Dispõe Sobre a Terceira Alteração no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência - CIS-URG.

O vereador que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições e competências legais, apresenta o presente Substitutivo:

Art. 1º Fica ratificada a Resolução nº 8/2022 de, 29 de abril de 2022, que dispõe Sobre a Terceira Alteração no Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Ampliada Oeste para Gerenciamento dos Serviços de Urgência e Emergência - CIS-URG, que integra a presente lei como anexo único, nos termos da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005.

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias integrantes do orçamento do Poder Executivo.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cláudio, 17 de outubro de 2022.

EVANDRO DA AMBULÂNCIA
Vereador – PL

JUSTIFICATIVA AO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 50, DE 26 DE AGOSTO
DE 2022.

Apresento o presente Substitutivo visando corrigir equívocos de técnica legislativa e de legalidade existentes na Proposição original, conforme apontamentos feitos pela Procuradoria Jurídica desta Casa.

O texto do projeto é incoerente, redundante e prolixo, **não atendendo aos anseios de generalidade, abstração e efeito vinculante, atributos indispensáveis a qualquer texto legislativo.**

Ademais, não foram observados os requisitos da Lei Complementar Federal n.º 95/1998 e do Decreto Federal 9.191/2017, que regulamenta a matéria.

Além disso, existe ilegalidade no Art. 3º, que necessita ser suprimido. O objeto do dispositivo é incompatível com a presente Proposição, tendo em vista que não existe lei que discipline a participação do Poder Executivo no citado consórcio público, única hipótese de dispensa da ratificação legislativa para atos posteriores.

O mesmo se diga em relação ao Art. 4º, que contém ilegalidade e deve ser suprimido, pois, o município, nos limites de sua atuação, não pode impor obrigações legais a outros entes federados ou ao consórcio intermunicipal.

Finalmente, tratando-se de lei que cria despesa pública, deverá vir acompanhada de estudo de impacto orçamentário e financeiro, além de declaração de adequação e compatibilidade orçamentária e, finalmente, de indicação das dotações suficientes para seu custeio.

Desta forma, conto com o voto dos pares edis na aprovação do presente Substitutivo.

Cláudio, 17 de outubro de 2022.

EVANDRO DA AMBULÂNCIA
Vereador – PL